L E I Nº 16/71.

DISPÕE SÔBRE ESTATUTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MERIDIANO.

DONATO MARCELO BALBO, Prefeito Municipal de Meridiano, Estado de São Paulo, etc., no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte lei:

1ª Parte

DOS CARGOS

TÍTULO I

Da Criação de Cargo

CAPÍTULO I

Do Conceito de Cargo e de suas espécies.

Artigo 1º - Esta lei constitui o regime jurídico dos servidores do município de Meridiano

§ 1º - Para os efeitos dêste Estatuto, funcionário é pessoa legalmente investida em cargo público.

§ 2º - O cargo público é o conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades cometidas ao funcionário

Artigo 2º - Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, observadas as condições estabelecidas em regulamentos.

Artigo 3º - Poderá ser estabelecido por lei, o regime de tempo integral, para determinados cargos.

Artigo 4º - Os cargos dividem-se em isolados e de carreira.

CAPÍTULO II

Do Cargo Isolado

Artigo 5º - Cada cargo isolado terá suas atribuições

estabelecidas em regulamento.

CAPÍTULO III

Da Carreira

Artigo 6º - A carreira terá sempre denominação própria e compõe-se de classes escalonadas em padrões de vencimentos ascendentes.

Parágrafo único - Em cada classe de uma carreira integram-se cargos de igual padrão de vencimentos e da mesma profissão ou atividade.

Artigo 7º - Cada carreira terá suas atribuições estabelecidas em regulamento.

§ 1º - Respeitada essa regulamentação, as atribuições de uma carreira podem ser conferidas, indistintamente, aos funcionários das classes que a compõem.

§ 2º - Não haverá equivalência entre carreiras diferentes quanto às suas atribuições.

CAPÍTULO IV

Do Quadro de Funcionários

Artigo 8º - Os cargos isolados juntamente com as carreiras formam o Quadro de Funcionários.

TÍTULO II

Do Provimento de Cargo

CAPÍTULO I

Das Formas de Provimento

Artigo 9º - Os cargos públicos serão providos pelo pelo Prefeito, por Portaria de:

I - Nomeação

II - Promoção

III - Transferência

IV - Reintegração

V - Readmissão

VI - Aproveitamento

VII - Reversão

CAPÍTULO II

Da Nomeação

SEÇÃO I

Do Concurso

Artigo 10º - Dependerá de concurso a nomeação para cargo inicial de carreira e cargo isolado que a lei determinar.

Artigo 11º - Os cargos serão postos em concurso mediante edital publicado três vêzes, dentro de quinze dias, em periódico de circulação local.

Artigo 12º - O concurso será de provas, ou de provas e títulos simultâneamente, na conformidade de lei ou regulamento, que fixará inclusive os limites de idade para os candidatos.

§ 1º - O ocupante interino de cargo cujo provimento efetivo depende de habilitação em concurso, será inscrito ex-ofício, no primeiro que se realizar.

§ 2º - A aprovação da inscrição dependerá do preenchimento pelo ocupante interino do cargo pôsto em concurso pelos demais funcionários municipais inscritos, de tôdas as exigências estabelecidas, salvo o limite de idade quanto aos vitalícios e efetivos.

§ 3º - Encerradas as inscrições, não será permitida nomeação em caráter interino.

§ 4º - Serão exonerados os interinos que não tiverem suas inscrições aprovadas.

§ 5º - O concurso deverá estar homologado no prazo de seis mêses, a partir da primeira publicação do respectivo edital.

§ 6º - Homologado o concurso serão exonerados os interinos que vinham exercendo os cargos, e nomeados os candidatos habilitados.

§ 7º - Será de dois anos o prazo de validade dos concursos.

Artigo 13º - A nomeação dos candidatos habilitados obedecerá à ordem de classificação no concurso.

SEÇÃO II

Las Espécies de Nomeação

Artigo 14 - A nomeação será feita:

I - Em caráter vitalício,

II - Em caráter efetivo

III - Em regime de legislação Trabalhista

IV - Em comissão

SEÇÃO III

Na nomeação em Caráter Vitalício,

Artigo 15 - A nomeação será em caráter vitalício - para previmento de cátedra no ensino oficial, secundária ou superior quando se tratar de candidato habilitado em concurso de títulos e - provas.

SEÇÃO IV

Da nomeação em Caráter efetivo e de Estágio Probatório

Artigo 16 - A nomeação em caráter efetivo poderá-ser feita para: Cargo inicial de carreira ou cargo isolado que a Lei determinar, quando se tratar de candidato habilitado em concurso.

Artigo 17 - Estágio probatório é o período de - dois anos de efetivo exercício do funcionário nomeado em virtude do concurso.

§ 1º - No período de estágio apurar-se-ão os se-- guintes requisitos:

I - Idoneidade moral;

II - Assiduidade;

III - Disciplina

§ 2º - O Chefe a que estiver subordinado o funcionário em estágio, quatro mêses antes de seu término, informará reservadamente ao Prefeito quanto aos requisitos enumerados nos ítens I a IV deste artigo, e opinará sôbre a permanência ou não do estagiário-no Serviço Público.

§ 3º - Dêsse parecer, se contrário à confirmação,

será dada vista ao estagiário pelo prazo de cinco dias.

§ 4º - Julgando o parecer e a defesa e se considerar aconselhável a exoneração do funcionário, o Prefeito determinará a lavratura da respectiva portaria.

§ 5º - Se o despacho do Prefeito fôr favorável à permanência do funcionário, a confirmação não dependerá de qualquer novo ato.

§ 6º - A apuração dos requisitos de que trata êste artigo deverá processar-se de modo que, se o funcionário não o satisfazer, sua exoneração se faça antes de findo o período de estágio.

§ 7º - Não ficará sujeito a novo estágio probatório o funcionário estável nomeado para outro cargo público.

Artigo 18º - No caso de transferência computar-se-á para efeito de estágio probatório o tempo de exercício no cargo anterior.

Artigo 19º - O estágio probatório não exime o funcionário das penalidades previstas nêste Estatuto.

SEÇÃO V

Da Nomeação

Artigo 20º - Não havendo candidato habilitado em o concurso, os cargos vagos, isolados ou de carreira, poderão ser ocupados sòmente no regime da Legislação Trabalhista.

Artigo 21 - A ocupação na forma do artigo anterior só poderá ser feita até o prazo máximo de dois (02) anos.

Artigo 22 - Após o período de dois anos será considerado findo o contrato, proibida a recondução.

Artigo 23 - Para o preenchimento na forma desta seção, aplicam-se os requisitos do artigo 17.

SEÇÃO VI

Da Nomeação em Comissão

Artigo 24 - A nomeação será em comissão quando se tratar de cargo isolado que, em virtude de lei seja considerado de confiança.

CAPÍTULO III

DA promoção

Seção I

Do Sistema de Promoção

Artigo 25 - A promoção nas carreiras obedecerá ao critério de antiguidade e no de merecimento, alternadamente, salvo quanto à classe final, em que será feita à razão de um têrço por antiguidade e - dois têrços por merecimento.

Parágrafo Único - Não poderá ser promovido o funcionário em estágio probatório.

Artigo 26 - As promoções serão realizadas nos mêses de fevereiro, abril, junho, outubro e dezembro de cada ano, desde que verificada a ocorrência de vaga.

Parágrafo único - Quando não decretada no prazo legal a promoção produzirá seus efeitos a partir do último dia do mês em que deveria ser realizada.

Artigo 27 - Não poderá ser promovido o funcionário que- não ti er o interstício de 265 dias de efetivo exercício na classe.

Artigo 28 - O funcionário suspense disciplinar ou preventivamente poderá ser promovido, mas a promoção não produzirá efeitos, salvo se cancelada a penalidade aplicada.

§ 1º - A procedência da suspensão disciplinar seria apurada na apreciação do pedido de reconsideração ou recurso, se houver, e a da suspensão preventiva, nas conclusões do processo administrativo.

§ 2º - Cancelada a penalidade, a promoção produzirá efefeitos a partir da data de sua publicação.

§ 3º - Mantida a penalidade, será a promoção decretada- em favor do segundo colocado, e produzirá efeitos a partir da nova publicação.

Artigo 29 - Nos demais casos em que fôr indevida a promoção será declarado nulo o ato a ela relativo e decretada com efeito retroativo, em benefício daquele a quem cabia.

§ 1º - O funcionário promovido indevidamente não ficará obirado a restiruir o que a mais houver recebido.

§ 2º - O funcionário a quem cabia a promoção será indenizado da diferença de vencimentos a que tiver direitos

Artigo 30 - Compete ao secretário ou órgão de pessoal - quando houver -organizar as listas de promoção.

Artigo 31 - Quando ocorrer empate na classificação, terá preferência o funcionário de maior tempo de serviço público municipal; persistindo o empate, o de maior tempo de serviço público e o mais idoso sucessivamente.

Parágrafo único - Na primeira promoção, o desempate será preliminarmente determinado pela cãassificação em concurso.

SEÇÃO II

Do Merecimento

Artigo 32 - O merecimento do fundionário é adquirido na- classe.

Parágrafo único - Para cada vaga serão indicados até - três candidatos, sempre que possivel.

SEÇÃO III

Da Antiguidade

Artigo 33 - A antiguidade será determinada pelo tempo - de efetivo serviço,digo, exercício na classe.

§ 1º - Havendo fusão de classes, a antiguidade abrangerá o efetivo exercício na classe anterior.

§ 2º - O tempo de exercício interino, contínuado ou não será contado como antiguidade de classe, quando o funcionário fôr nomeado em viertude de concurso para o mesmo cargo.

Artigo 34 - Para efeito de apuração de antiguidade na - classe, serão considerados como de efetivo exercício os afastamentos previstos no artigo 91.

Artigo 35 - Será apurado em dias o tempo de exercício - na classe para efeito de antiguidade.

Artigo 36 - Poderá ser promovido o funcionário em exercício de mandato eletivo, não sendo remunerado.

CAPÍTULO IV

Da transferência

SEÇÃO I

Artigo 37 - O funcionário nomeado em caráter efetivo poderá ser transferido

I - A pedido, antendida a conveniência do serviço;

II - Ex-Ofício, no interêsse da Administração.

§ 1º - Também poderá ser transferido a pedido o funcionário vitalício.

§ 2º - Qualquer que seja a forma de transferência, se o funcionário não tomar posse no prazo legal, ocorrerá a Hipótese prevista no artigo 79 ou no seu parágrafo único.

SEÇÃO II

Dos casos de Transferência

Artigo 38 - Caberá transferência:

I - De um cargo de carreira para outro isolado, de provimento efetivo.

II - De um cargo isolado, de provimento efetivo, - para outro de mesma natureza.

Parágrafo Único - No caso do item I, a transferência só poderá ser feita a pedido do funcionário.

SEÇÃO III

Das condições para transferência

Artigo 39 - A transferência far-se-á para cargo:

I - De igual vencimento

Artigo 40 - Quando por lei fôr exigido curso especializado para o exercício do cargo, a transferência ficará condicionada à apresentação do respectivo diploma.

Artigo 41 - O interstício para a transferência será de 365 dias no cargo.

Artigo 42 - Não poderá ser transferido o funcionário - que estiver:

I - Respondendo a processo administrativo;

II - Suspenso disciplinarmente.

SEÇÃO IV

Da Readaptação

Artigo 43 - Readaptação é a investidura ex-ofício ou a pedido em cargos compatível com a capacidade do funcionário estável.

Parágrafo único - Ocorrerá readaptação quando, em inspeção médica, verificar-se estar o funcionário incapacitado para o exercício do cargo, mas não para o serviço público em geral.

Artigo 44 - A readaptação será feita mediante transferência, observadas as condições que a disciplinam.

CAPÍTULO V

Da Reintegração

Artigo 45 - A reintegração que decorrerá de decisão - administrativa ou judicial, é o reingresso do ex-funcionário no serviço público, com ressarcimento do vencimento e demais vantagens.

Parágrafo único - Tratando-se de decisão administrativa só poderá ser proferida em pedido de reconsideração ou revisão de processo.

Artigo 46 - A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado, se êste houver sido transformado, no cargo resultante da transformação, e se extinto em cargo de natureza e vencimento compatíveis com o que ocupava.

§ 1º - Não sendo possível atender ao disposto na parte final dêste artigo, após ser reintegrado será o funcionário posto em disponnibilidade, com provento igual ao vencimento do cargo - que ocupava.

§ 2º - Criado cargo de natureza e vencimento compatíveis, nêle será obrigatòriamente aproveitado o funcionário em disponibilidade.

Artigo 47 - Reintegrado judicialmente o funcionário, quem estiver ocupando o cargo será exonerado, ou se já era funcionário, voltará a situação anterior mas sem direito a indenização.

Parágrafo único - Se a reintegração decorrer de decisão administrativa e o ocupante do cargo tiver estabilidade no serviço público, nêle será mantido em cargo de igual vencimento.

Artigo 48 - O funcionário reintegrado será submetido a inspeção médica e aposentado quando incapacitado para o serviço público em geral.

CAPÍTULO VI

Da Readmissão

Artigo 49 - Readmissão é o reingresso de ex-funcionário no serviço público, a critério da administração e sem ressarcimento de prejuizos.

Parágrafo 1º - Far-se-á readmissão no cargo anteriormente ocupado, ou em outro de atribuições análogas e de igual vencimento.

§ 2º - A readmissão dependerá de laudo favorável em inspeção médica.

Artigo 50 - Tratando-se de cargo de carreira, a readmissão far-se-á na primeira vaga a ser provida.

Artigo 51- A readmissão do funcionário condenado criminalmente, sòmente ocorrerá uma vez cessada a incapacidade temporária para a investidura em função pública.

Artigo 52 - O readmitido contará o tempo de serviço público anterior para efeito de aposentadoria.

CAPÍTULO VII

Do Aproveitamento

Artigo 53 - Aproveitamento é o retôrno obrigatório ao exercício do funcionário em disponibilidade.

Parágrafo único - Far-se-á o aproveitamento em cargo de natureza e vencimento compatíveis com o anteriormente ocupado.

Artigo 54 - O aproveitamento dependerá de laudo favo-

rável em inspeção médica.

§ 1º - Se o funcionário não estiver em condições de entrar em exercício, continuará em disponibilidade, até novo aproveitamento.

§ 2º - Se a incapacidade fôr definitiva, será decretada a aposentadoria.

Artigo 55 - Será anulado a portaria de aproveitamento o cessada a disponibilidade, se o funcionário, julgado apto no exame médico, não tomar posse no prazo legal.

CAPÍTULO VIII

Da Reversão

Artigo 56 - Reversão é o retôrno à atividade do funcionário aposentado por invalidez, quando considerado apto em inspeção médica.

§ 1º - A reversão far-se-á ex-ofício ou a pedido do funcionário.

§ 2º - É vedada a reversão se o funcionário tiver completado 58 anos de idade, salvo de a reversão fôr "ex-ofício".

§ 3º - A Reversão a pedido fica condicionada ao interesse da Administração.

Artigo 57 - A reversão far-se-á no cargo anteriormente ocupado ou em outro de atribuições análogas e de igual vencimento.

Artigo 58 - Será anulada a portaria de reversão e cassada a aposentadoria se o funcionário, julgado apto no exame médico, não tomar posse no prazo legal.

TÍTULO III

Da Permuta de Cargos

Artigo 59 - A permuta por transferência ou remoção será processada a pedido escrito de ambos os interessados, e de acôrdo com o prescrito nos artigos 37 e 84, respectivamente.

TÍTULO IV

Da Vacância de Cargo

CAPÍTULO I

Das formas de vacâncias

Artigo 60 - A vacância do cargo decorrerá de

I - Exoneração,

II - Promoção

III - Transferência

IV - Posse em outro cargo

V - Aposentadoria

VI - Demissão

VII - Falecimento

§ 1º - Nos casos dos ítens I, II, III, V e VI a vacância decorrerá da respectiva portaria.

CAPÍTULO II

Da Exoneração

Artigo 61 - Dar-se-á a exoneração ex-ofício ou a pedido.

Artigo 62 - A exoneração ex-ofício sòmente ocorre:

I - No estágio probatório quando não satisfeitos os seus requisitos, ou quando extinto o cargo.

II - Na nomeação interina

a) quando não tiver o funcionário seu inscrição aprovada em concurso aberto.

b) após a homologação do concurso aberto.

c) a critério da Administração.

III - Na nomeação em comissão, a critério da administração ou naextinção de cargo.

Artigo 63 - Não se concederá exoneração a pedido ao funcionário que estiver:

I - Respondendo a processo administrativo, salvo se absolvido ou uma vez cumprida a pena imposta

II - Em débito para com a Fazenda Municipal, decorrendo reposição ou indenização antes de quitá-lo.

Parágrafo único - Considerar-se-á exonerado a pedido o funcionário que, ex-ofício transferido ou removido, não tomar - posse no prazo legal.

CAPÍTULO III

Das demais Formas de Vacância

Artigo 64 - A promoção, a transferência, a posse a - aposentadoria e a demissão obedecerão respectivamente ao disposto- nesta lei.

CAPÍTULO IV

Da Abertura de vaga

Artigo 65 - A vaga ocorrerá na data:

I - Do falecimento

II - Da publicação

a) da Lei que criar o cargo

b) da portaria que exonerar, promo-- ver, aposentar, demitir;

III - Da posse em outro cargo, no caso de nomeação ou de transferência.

Parágrafo único - Ocorrendo vaga em classe intermediária ou final de carreira, considerar-se-ão abertas, na mesma data, as que decorrerão sucessivamente nas classes anteriores de seu preenchimento.

TÍTULO V

Da Extinção de Cargo

CAPÍTULO I

Da forma de Extinção

Artigo 66 - A extinção de cargo será feita por lei.

CAPÍTULO II

Artigo 67 - Ocorrendo extinção de cargo, será o seu - ocupante:

I- Posto em disponibilidade, se fôr vitalício ou estável.

II - Exonerado, se:

a) estiver em estágio probatório;

b) fôr nomeado em Regime de Legislação trabalhista;

c) nomeado em comissão.

2ª PARTE

DA FUNÇÃO GRATIFICADA

TÍTULO I

Da Criação de Função Gratificada.

Artigo 68 - A função gratificada é a instituida e fixada por lei, para atender encargo de chefia ou outros que se fizerem necessários.

Artigo 69 - Poderá ser estabelecido por lei o regime do tempo integral para determinadas funções gratificadas.

TÍTULO II

Da Designação para Função Gratificada.

Artigo 70 - A designação para função gratificada será feita por portaria do Prefeito.

Parágrafo único - Sòmente o funcionário nomeado em caráter efetivo poderá ser designado para exercer função gratificada.

TÍTULO III

Da Vacância da Função Gratificada.

Artigo 71 - A vacância de função gratificada dar-se-á por:

I - dispensa, ex-ofício ou a pedido;

II - Destituição, em consequência de processo administrativo;

III - Falecimento

Parágrafo único - A dispensa ou a destituição far-se-á por portaria

TÍTULO IV

Da Extinção de Função Gratificada.

Artigo72 - Sòmente por lei poderá ser extinta a função gratificada.

Parágrafo único - A dispensa do funcionário que vinha exercendo, será a partir da data da extinção.

3ª PARTE

DO FUNCIONÁRIO

TÍTULO I

Da Posse

CAPÍTULO I

Do Conceito de Posse

Artigo 73 - Posse é a aceitação formal de cargo público ou de função gratificada, por pessoa nêle investida.

CAPÍTULO II

Da Dispensa da Posse

Artigo 74 - É dispensada a Posse nos casos de promoção e reintegração.

CAPÍTULO III

Dos requisitos para Posse

Artigo 75 - A posse em cargo público depende dos seguintes requisitos:

I - ser brasileiro;

II - ter completado 18 anos de idade;

III - estar em gôzo dos direitos políticos;

IV - ser reservista, ter-se alistado para prestar o serviço militar ou dele estar isento;

V - ser julgado apto em inspeção médica;

VI - ter-se habilitado prèviamente em concurso, salvo quando se tratar de cargo isolado, cujo provimento não dependa dessa exigência;

VII - ter atendido às condições especiais prescritas em Lei ou regulamento, para determinados cargos ou carreira.

Parágrafo único - É vedada a posse para ingresso no serviço público se o nomeado tiver completado 60 anos de idade.

CAPÍTULO IV

Da Competência para dar Posse

Artigo 76 - São competentes para dar posse:

I - O prefeito, ou sub-prefeitos, secretários e chefes de re

repartições ou serviços que lhes sejam diretamente subordinados.

Parágrafo único - A autoridade que der posse verificará - sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitos os requisitos - do artigo 75.

CAPÍTULO V

Do têrmo de Posse

Artigo 77 - O têrmo de posse será assinado pela autoridade competente e pelo funcionário.

CAPÍTULO VI

Do prazo para posse

Artigo 78 - A posse dar-se-á no prazo de 30 dias da publicação da portaria de provimento.

Parágrafo único - A requerimento do interessado o prazo - para posse poderá ser prorrogado por mais 30 dias.

Artigo 79 - Se a posse não se verificar no prazo legal, - será por portaria:

I - Anulada a Portaria de transferência a pedido, de readmissão, aproveitamento, reversão ou remoção a pedido;

II - Tornada sem efeito a portaria de nomeação

Parágrafo único - Na transferência ou remoção, quando forem ex-ofício, ocorrerá a hipótese prevista no parágrafo único do - artigo 63.

TÍTULO II

Do Exercício

CAPÍTULO I

Das condições para exercício

Seção I

Das condições em geral

Artigo 80 - O funcionário só poderá ter exercício no cargo para o qual tenha sido nomeado e na repartição em que estiver lotado.

§ 1º - É vedado conferir ao funcionário atribuições diferentes das definidas em lei ou regulamento, como próprias do cargo;

§ 2º - Entende-se por lotação o número de funcionários que devam ter exercício em cada repartição.

§ 3º - O exercício de funcionário em outrarepartição por - qualquer motivo, sòmente se verifica mediante prévia autorização do Prefeito, para fim determinado e no prazo certo.

SEÇÃO II

Da fiança

Artigo 81 - O funcionário nomeado para cargo cujo provimento dependa de fiança não poderá entrar em exercício sem prévia satisfação dessa exigência.

Parágrafo único - O montante da fiança será fixada por lei municipal.

Artigo 82 - A fiança poderá ser prestada:

I - Em dinheiro;

II - Em títulos da Dívida Pública;

III - Em apólices de seguro de fidelidade funcional.

Artigo 83 - Não se admitirá o levantamento da fiança antes de tomadas as contas do afiançado.

CAPÍTULO II

Da Remoção

Artigo 84 - A remoção, ex-ofício ou a pedido, far-se-á de uma para outra repartição.

§ 1º - Sòmente podem ser removidos os funcionários nomeados em caráter efetivo e os vitalícios

§ 2º - Se o funcionário não tomar posse no prazo legal, - ocorrerá a hipótese prevista no art. 79 ou no seu parágrafo único.

CAPÍTULO III

Do Registro de Exercício

Artigo 85 - O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do funcionário.

CAPÍTULO IV

Do início do Exercício

Artigo 86 - O exercício de cargo ou função terá início

no prazo de 30 dias contados:

I - Da publicação da portaria de reintegração;

II - Da data da posse nos demais casos.

§ 1º - A promoção não interrompe o exercício, que é contado, na nova classe a partir da publicação da respectiva portaria, salvo as hipóteses previstas no parágrafo único do art. 26 e no art. 28.

§ 2º - Os prazos dêste artigo poderão ser prorrogados por -- mais 30 dias, a requerimento do interessado.

Artigo 87 - Se o exercício não se verificar no prazo legal,- tornar-se-á por portaria, sem efeito a nomeação, tratando-se de primeira investidura.

Artigo 88 - Ao entrar no exercício de cargo o funcionário -- apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao assentamento individual.

CAPÍTULO V

Da Interrupção do Exercício

Artigo 89 - Além dos casos previstos nêste estatuto, considera-se interrompido o exercício do cargo durante o período em que o funcionário se encontrar prêso.

TÍTULO III

Dos Direitos e Vantagens de atividade.

CAPÍTULO I

Do Tempo de Serviço

Artigo 90 - Será feita em dias a apuração do tempo de serviço.

§ 1º - O número de dias será convertido em anos, considerando o ano como 365 dias.

§ 2º - Feita a conversão, os dias restantes, até 182 não serão computados, arredondando-se para uma ano, quando excederem êsse número, na contagem para efeito de aposentadoria compulsória.

§ 3º - Os domingos, os feriados nacionais, os feriados e pontos facultativos municipais serão computados como comparecimento, - salvo quando intercalados entre duas faltas.

Artigo 91 - Será considerado de efetivo exercício o afastamento em virtude de:

I - Casamento;

II - Férias;

III - Luto por falecimento de cônjuges, pais, filho ou irmãos;

IV - Convocação para juri ou outros serviços obrigatórios por Lei;

V - Exercício de cargo ou função de extranumerário, em autarquia, sociedade de economia mista ou concessionário de serviço público por designação do Prefeito.

VI - Exercício de cargo ou função de extranumerário federal, estadual, de outro município ou de suas autarquias sociedades de economia mista ou concessionários de serviço público, quando posto a disposição pelo Prefeito;

VII - Doença comprovada, por inspeção médica ou por atestado, a critério do Prefeito, até duas faltas durante o mês;

VIII - Missão oficial ou estudo no interêsse da administração quando fora do Município e por determinação do Prefeito;

IX - Licença para tratamento de saúde no caso de acidente em serviço, licença à gestante, licença para serviço militar e licença prêmio;

X - Faltas abonadas ao estudante, nos dias de prova;

XI - Inspeção médica para fins militares;

XII - Suspensão preventiva quando do processo não resultar pena disciplinar, ou esta se limitar a repreensão;

XIII - Suspensão preventiva que exceder o prazo de suspensão disciplinar afinal aplicada.

§ 1º - No caso dos itens I e III, o afastamento não poderá exceder de oito dias.

§ 2º - No caso do item VIII, o afastamento não excederá a 160 dias, e finda a missão ou estudo, naõ poderá ser concedida nova autorização antes de dois anos.

§ 3º - No caso do item X, consideram-se provas, ainda que realizadas fora do horário da repartição as que tenham por - fim promover a outra série ou ano, devendo o estudante comprovar ter a elas comparecido;

Artigo 92 - O tempo de serviço prestado anteriormente ao município ou suas autarquias, como funcionário ou extranumerário, será computado para todos os efeitos legais.

Parágrafo único - Consideram-se extranumerários os -- contratados, mensalistas, diaristas e tarefeiros.

Artigo 93 - Quando afastado do cargo, o funcionário - vitalício ou estável contará para todos os efeitos legais, o tempo de serviço prestado ao município, no exercício de cargo em comissão.

Artigo 94 - O desempenho de função eletiva federal, - estadual ou municipal, computar-se-á para efeito de promoção por antiguidade e aposentadoria.

Artigo 95 - Para efeito de aposentadoria, computar-se -á:

I - O tempo de serviço prestado como funcionário ou - extranumerário à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos -- Territórios, a outros municípios e respectivas autarquias.

II - O período de serviço ativo nas fôrças armadas, -- prestado durante a paz, computando-se pelo dôbro o tempo em operações de guerra.

III - O tempo em que o funcionário esteve em disponibilidade ou aposentado;

IV - O período de trabalho prestado a instituição de - caráter privado, posteriormente transformada em estabelecimento de serviço público.

Parágrafo único - Entende-se por operações de guerra as que visam defender o país na agressão externa ou restabelecer a ordem na comoção interna.

Artigo 96 - No exercício simultâneo de dois cargos,-

duas funções de extranumerário ou de um cargo e uma função legalmente acumuláveis, é vedado computar mais de uma vez o mesmo tempo de serviço público.

Parágrafo único - Esta proibição alcança quaisquer cargos ou funções.

CAPÍTULO II

Das férias

Artigo 97 - O funcionário terá direito no gozo de 30(trinta) dias de férias anuais, observada a escala que fôr aprovada.

§ 1º - É proibido levar a conta de férias qualquer falta de trabalho.

§ 2º - É proibida a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade de serviço e pelo máximo de 02 (dois) anos consecutivos.

§ 3º - O período de férias será reduzido para 20 (vinte) dias, se o servidor, no exercício anterior, tiver considerados em conjunto, mais de 10 (dez) não comparecimentos correspondentes as faltas abonadas, justificadas e injustificadas às licenças previstas nos itens IV, VI e VII do artigo 102.

§ 4º - Durante as férias o funcionário terá direito a tôdas as vantagens, como se estivesse em exercício.

Artigo 98 - Atendido o interesse do serviço, o funcionário poderá gozar férias de uma só vez ou em dois períodos iguais.

Artigo 99 - Sòmente depois do primeiro ano de exercício no serviço público, adquirirá o funcionário direito a férias.

Parágrafo único - Será contado para efeito dêste artigo o tempo de serviço prestado em outro cargo público, desde que entre a cessação do anterior e o início do subsequente exercício não haja interrupção superior a 10 (dez) dias.

Artigo 100 - Caberá ao Chefe da repartição ou do serviço, organizar no mês de dezembro, a escala de férias para o ano seguinte, que poderá alterar de acôrdo com a conveniência do serviço.

Artigo 101 - O funcionário transferido ou removido em gôzo

de férias, não será obrigado a apresentar-se antes de terminá-las.

CAPÍTULO III

Das Licenças

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Artigo 102 - O funcionário poderá ser licenciado:

I - Para tratamento de saúde;

II - Quando acidentado no exercício de suas atribuições ou atacado de doença profissional;

III - No caso previsto no artigo 119;

IV - Para cumprir obrigações concernentes ao serviço militar;

V - Por motivo de doença em pessoa de sua família;

VI - Para tratar de interesses particulares;

VII - No caso previsto no art. 126;

VIII - Compulsòriamente, com a medida profilática;

IX - Como prêmio de assiduidade.

Parágrafo único - Ao Funcionário ocupante de cargo em comissão serão concedidas as licenças previstas neste artigo, salvo a referida no item VI.

Artigo 103 - A licença dependente de inspeção médica será concedido pàlo prazo indicado no respectivo laudo.

Artigo 104 - Finda a licença, o funcionário deverá reassumir imediatamente, o exercício do cargo, salvo prorrogação.

Parágrafo único - a infração dêste artigo importará na perda total do vencimento ou renumeração correspondente ao período de ausência e, se esta exceder a 30 (trinta) dias, ficará o funcionário sujeito à pena de demissão por abandono de cargo.

Artigo 105 - O funcionário licenciado nos têrmos dos ítens I e IV, do art. 102, é obrigado a reassumir o exercício, se fôr considerado apto em inspeção médica realizada "ex-ofício", ou se não subsistir a doença na pessoa de sua família.

Parágrafo único - O funcionário poderá desistir da licença,

desde que em inspeção médica fique comprovada a cessão dos motivos determinantes da licença.

Artigo 106 - A licença poderá ser prorrogada "ex-ofício", ou mediante solicitação do funcionário.

§ 1º - O pedido de prorrogação deverá ser apresentado pelo menos 8 (oito) dias antes de findo o prazo de licença; se indeferido, contar-se-á como de licença o período compreendido entre o seu término e a data do conhecimento oficial de despacho denegatório;

§ 2º - Não se aplica o disposto nêste artigo as licenças previstas nos ítens VI e IX, do artigo 181, observando-se no que couber, o disposto nas seções VII e X dêsse Capítulo.

Artigo 107 - As licenças previstas nos ítens I e II do artigo 102, concedidas dentro de 60 (sessenta), dias, contados da terminação anterior serão consideradas em prorrogação.

Artigo 108 - O funcionário licenciado nos têrmos dos ítens I e II do art. 102, não poderá dedicar-se a qualquer atividade remunerada, sob pena de ser cassada a licença e ser demitido por abandono do cargo, caso não reassuma o seu exercício dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Artigo 109 - O funcionário licenciado nos têrmos dos ítens I e II do art. 102, ficará obrigado a seguir rigorosamente o tratamento médico adequado à doença, sob pena de lhe ser suspenso o pagamento do vencimento ou remuneração.

Artigo 110 - O órgão médico oficial fiscalizará a observância do disposto no artigo anterior.

Artigo 111 - O funcionário que se recusar a submeter-se a inspeção médica, quando julgada necessária, será punido com pena de suspensão.

§ único - A suspensão cessará no dia em que se realizar a inspeção.

SEÇÃO II

Da licença para tratamento de saúde

Artigo 112 - Ao funcionário que, por motivo de saúde, estiver impossibilitado para o exercício do cargo, será concedida licença, mediante inspeção em órgão médico oficial, até o máximo de 04 (quatro) anos, com vencimento e remuneração.

§ 1º - Findo o previsto neste artigo, o funcionário será - submetido à inspeção médica e aposentado, desde que verificada a sua- invalidade, digo, invalidez, permitindo-se o licenciamento além dêsse prazo, quando não se justificar a aposentadoria.

§ 2º - Será obrigatória a reversão do aposentado desde que cessados os motivos determinantes da aposentadoria.

Artigo 113 - O funcionário ocupante de cargo em comissão poderá ser aposentado, nas condições do artigo anterior, desde que preencha os requisitos enumerados nesta lei.

Artigo 114 - A licença para tratamento de sáúde dependerá - de inspeção médica, realizada em órgão oficial e poderá ser concedida;

I - A pedido do funcionário; e

II - "ex-ofício".

SEÇÃO III

Da Licença ao funcionário acidentado no exercício - de suas atribuições ou atacado de doença profissional.

Artigo 115 - O funcionário acidentado no exercício de suas- atribuições ou que tenha adquirido doença profissional, terá direito- à licença com vencimento ou remuneração

§ único - Considera-se também acidente a agressão sofrida e não provocada pelo funcionário no exercício de suas funções.

Artigo 116 - A licença prevista no artigo anterior não poderá exceder a 04 (quatro) anos.

Parágrafo único - No caso de acidente, verifica a incapacidade total para qualquer função pública, será desde logo concedido - aposentadoria ao funcionário.

Artigo 117 - A comprovação do acidente, indispensável para a concessão da licença, será feita em processo, que deverá iniciar-se no prazo de 08 (oito) dias, contados do evento.

Artigo 118 - Para a conceituação do acidente e da doença profissional, serão adotados os critérios da legislação federal de acidentes de trabalho.

§ 1º - Por falecimento de funcionário ocorrido qualquer-hipótese, independente da pensão pro morte, concedida pelo INPS, será paga ao cônjuge sobrevivente, ou na falta dêste, aos dependentes do falecido, até completarem a maioridade ou passarem a exercer atividade remunerada, ou que tenha contraído matrimônio, uma pensão - mensal variável, que somada com a pensão recebida DO INPS, perfaz o total dos vencimentos do funcionário por ocasião da morte, a qual - posteriormente, com aumento de vencimentos de funcionários municipais, automáticamente, aumentará, o necessário para completar a importância correspondente ao cargo ou função que o funcionário exercia.

§ 2º - A pensão será sustada em favor do cônjuge se contrair novamente matrimônio ou mes o amaziar-se.

SEÇÃO IV

Da Licença à Funcionária Gestante

Artigo 119 - A funcionária gestante será doncedida, mediante inspeção médica, licença de 120 (cento e vinte) dias com vencimentos ou remuneração.

§ 1º - Salvo prescrição médica em contrário a licença será concedida a partir do oitavo mês de gestação.

§ 2º - Uma vez ocorrido o parto, sem que tenha sido requerida a licença, esta será concedida pela metade a contar do dia do evento, desde que pleiteada sua concessão até 15 (quinzê) dias - após.

SEÇÃO V

Da Licença por motivo de doença em pessoa de família.

Artigo 120 - O funcionário poderá obter licença por motivo de doença do cônjuge e de parentes até segundo grau.

§ 1º - Provar-se-á a doença em inspeção médica na forma-prevista no artigo 114.

§ 2º - A licença de que trata êste artigo será concedida com vencimento ou remuneração até 01 (um) mês e com os seguintes descontos:

I - de 1/3 (um têrço) quando exceder a 01 (um) mês até 03 (três mêses).

II - de 2/3 (dois têrços) quando exceder a 03 (três) até 06 (seis) mêses.

III - sem vencimento ou remuneração do sétimo ao vigésimo mês.

SEÇÃO VI

Da Licença para atender a Obrigações concernentes ao Serviço Militar.

Artigo 121 - Ao funcionário que fôr convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional, será concedida licença sem vencimento o remuneração.

§ 1º - A licença será concedida mediante comunicação do funcionário ao chefe da repartição ou serviço, acompanhada de documentação oficial que prova a incorporação.

§ 2º - O funcionário desincorporado reassumirá imediatamente o exercício, sob pena da demissão por abandono do cargo, se a ausência exceder a 30 (trinta) dias.

Artigo 122 - Ao funcionário que houver feito curso para ser admitido como oficial da reserva das fôrças armadas, será também concedida licença sem vencimento ou remuneração, durante os estágios prescritos pelos regulamentos militares.

SEÇÃO VII

Da Licença para tratar de interesses particulares.

Artigo 123 - Depois de 05 (cinco) anos de exercício o funcionário poderá obter licença, sem vencimento ou remuneração, para tratar de interesse, particular pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

§ 1º - Poderá ser negada a licença quando o afastamento do funcionário fôr incoveniente ao interêsse do serviço.

§ 2º - O funcionário deverá aguardar em exercício a concessão da licença.

§ 3º - A licença poderá ser gozada parceladamente, a juizo da administração, desde que dentro do período de 03 (três) - anos.

§ 4º - O funcionário poderá desistir da licença a qualquer tempo, reassumido o exercício em seguida

Artigo 124 - Não será concedida a licença para tratar de assuntos particulares ao funcionário, nomeado, removido ou transferido, antes de assumir o exercício do cargo.

Artigo 125 - Só poderá ser concedida nova licença depois de decorridos 05 (cinco) anos do término da anterior.

SEÇÃO VIII

Da licença à funcionária Casada com Funcionário ou Militar.

Artigo 126 - A funcionária casada com funcionário estadual, ou com militar terá direito à licença sem vencimento ou remuneração quando o marido fôr mandado servir, independentemente a solicitação, em outro ponto do Estado ou Território Nacional ou no estrangeiro.

Parágrafo único - A licença será concedida mediante pedido devidamente instruido e vigorará pelo tempo que durar a comissão ou a nova função do marido.

SEÇÃO IX

Da Licença Compulsória

Artigo 127 - O funcionário, ao qual se possa atribuir a condição de fonte de infecção de doença transmissível, poderá ser licenciado, enquanto durar essa condição a juizo da autoridade sanitária competente, e na forma prevista no regulamento.

Artigo 128 - Verificada a procedência da suspeita, o funcionário será licenciado para tratamento de saúde na forma prevista no artigo 112, considerando-se incluidos no período da licença os dias de licenciamento compulsório.

Artigo 129 - Quando não positivada a moléstia, deverá o funcionário retornar ao serviço, considerando-se como de efetivo-exercício para todos os efeitos legais, o período de licença compulsória.

SEÇÃO X

Da Licença Prêmio

Artigo 130 - O funcionário terá direito como prêmio de assiduidade, à licença de 90 (noventa) dias em cada período de 05-(cinco) anos de exercício ininterrupto, em que não haja sofrido - qualquer penalidade administrativa.

§ único - O período da licença será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais e não acarretará desconto algum no vencimentos ou remuneração.

Artigo 131 - Para fins da licença prevista nesta seção-não se concideram interrupção de exercício;

I - Os afastamentos enumerados no artigo 91.

II - As faltas aboradas, as justificadas e os dias - de licença a que se referem os ítens I e IV do artigo 102, desde-que o total de todas essas ausências não exceda o limite máximo - de 30 (trinta) dias, no período de 05 (cinco) anos.

Artigo 132 - Será contado para efeito da licença de que trata esta seção o tempo de serviço prestado à União, Estados e Municípios e Autarquias em geral, desde que entre a cessação do anterior e o início do subsequente não haja interrupção superior a 30 (trinta) dias.

Artigo 133 - O requerimento de licença será instruido - com certidão de tempo de serviço.

Artigo 134 - A requerimento do funcionário, a licença - poderá ser gozada em parcelas não inferiores a 30 (trinta) dias.

§ único - Caberá as autoridades competentes para conceder a licença, tendo em vista o interesse do serviço, decidir por seu gôzo por inteiro ou parceladamente.

Artigo 135 - O funcionário deverá aguardar emexercício-

a concessão da licença.

§ único - Dependerá de novo requerimento o gozo da licença, qundo não iniciada dentro de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato que a houve concedido.

Artigo 136 - O funcionário efetivo, que conta, pelo menos 05 (cinco) anos de serviço, poderá optar pelo gôzo do período de licença-prêmio a que tiver direito, em dinheiro, recebendo importância equivalente aos vencimentos correspondentes ao período.

Artigo 137 - O cálculo a que se refere o artigo anterior, será efetuado com base no padrão de vencimentos à época da opção.

CAPÍTULO IV

Da Retabilidade

Artigo 138 - É assegurada a estabilidade sòmente ao funcionário que, nomeado por concurso, e contar mais de 02 (dois) anos de efetivo exercício, e que à época da promulgação da Constituição Federal contasse 05 (cinco) anos.

Artigo 139 - O funcionário estável só poderá ser demitido em virtude de sentença judicial ou mediante processo administrativo, assegurada ampla defesa.

§ único - A estabilidade diz respeito ao serviço público e não ao cargo, ressalvando-se à administração o direito de aproveitar o funcionário em outro cargo de igual padrão de acôrdo com as suas aptidões.

CAPÍTULO V

Do vencimento

Artigo 140 - Vencimento é a retribuição pelo exercício do cargo, correspondente ao padrão fixado em lei.

§ único - O vencimento não sofrerá descontos, além dos expressamente previstos em lei.

Artigo 141 - O funcionário vitalício ou estável perderá o vencimento do cargo;

I - Salvo se por êle optar, quando:

a) nomeado para cargo em comissão

b) designado para servir em autarquia municipal;

c) Designado para servir em sociedade de economia mista ou concessionária de serviço público municipais.

II - Quando posto à disposição de outro poder federal, estadual ou municipal.

Artigo 142 - O funcionário perderá:

I - O vencimento de dia em que não comparecer ao serviço, salvo os casos do artigo 91:

II - O vencimento do dia em que comparecer após do início do expediente ou se retirar antes de findo, salvo os sasos do ítem seguinte;

III - Um têrço do vencimento do dia em que comparecer, - dentro da hora seguinte a marcada para o expediente, ou se retirar - dentro da hora que o encerra;

IV - Um terço do vencimento com direito à diferença se absolvido, durante o fastamento por motivo de prisão antes de sentença definitiva, ou suspensão preventiva;

V - Dois têços do vencimento durante o período de afastamento em virtude de condenação, por sentença definitiva, a pena que não acarrete demissão.

Artigo 14. - As reposições e indenizações à Fazenda Municipal serão descontadas em parcelas mensais, não excedentes da décima-parte do vencimerto.

CAPÍTULO VI

Das Espécies de Vantagens

Artigo 144 - Ao funcionário serão concedidas as seguintes vantagens;

I - Gratificações;

II - Diárias;

III - 13º Salário;

IV - Substituição;

V - Salário-Família;

VI - Auxílio para diferença de caixa;

VII - Auxílio-Doença.

CAPÍTULO VII

Da Gratificação

SEÇÂO I

Das Espécies de Gratificação.

Artigo 145 - Por portaria conceder-se-á ao funcionário - gratificação:

I - Adicional por tempo de serviço;

II - De função;

III - Pela prestação de serviços estraordinários;

IV - Pelo exercício em determinadas zonas e locais insolubres; como tais coniderados pelo Ministério do trabalho, até - 30% do vencimento mensal;

V - Pela execução de trabalho de natureza especial, - com risco de vida ou saúde, até 40% de vencimento mensal;

VI - Pela execução de trabalho técnico ou científico - em proveito exclusivo do serviço público, até um ano de vencimento;-

VII - Para estudo no interêsse da administração, fora - do município, até 50 % do vencimento mensal.

VIII - Pela participação em órgão executivo de deliberação coletiva, até um dia de vencimentos por seção.

IX - Pela participação como auxiliar ou membro de banca de concurso, até 50% do vencimento mensal, desde que se trate - de trabalho fora do período normal ou extraordinário a que estiver sujeito;

SEÇÂO II

Do Adicional por tempo de Serviço

Artigo 146 - Pagar-se-á adicional de 10, 15, 20, 25, 30 e 35 por cento, sôbre o vencimento do funcionário em atividade que conte ou venha a contar respectivamente, 5, 10, 15, 20, 25 e 30 - anos de serviço, prestado exclusivamente ao município

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica ao funcionário que, em virtude de lei anterior, já tenha percebendo adicional igual ao superior ao ora instituido.

§ 2º - Ao funcionário que perceba adicional em base inferior, fica assegurado o direito a diferença.

§ 3º - O funcionário que exercer dois cargos legalmente acumuláveis terá direito ao adicional por tempo de serviço em relação a cada um dêles, mas os períodos anteriores ao duplo exercício, quando computados para efeito de concessão num cargo, não serão considerados no outro.

§ 4º - O adicional previsto neste artigo não se incorpora ao vencimento, salvo para efeito de aposentadoria.

§ 5º - O Funcionário licenciado com vencimento integral, continuará percebendo o adicional a que tiver direito.

SEÇÃO III

Da gratificação de Função

Artigo 147 - A gratificação de função para encargo de chefe ou outros que se fizerem necessários, será instituída e fixada por lei.

SEÇÃO IV

Da Gratificação pela Prestação de Serviços Extraordinários.

Artigo 148 - A gratificação pelaprestação de serviço extraordinário será paga por hora de trabalho prorrogado ou antecipado.

§ único - A gratificação será na mesma razão percebida pelo funcionário, em cada hora de período normal.

Artigo 149 - A Gratificação pela prestação de serviço extraordinário não é devida no exercício de função gratificada, bem como de cargo de provimento efetivo, quando de chefia, ou em comissão.

CAPÍTULO VIII

Da Diária

Artigo 150 - Ao funcionário que em serviço se deslocar transitóriamente de sua séde, por mais de 24 horas, conceder-se-á diária, a título de indenização das despesas de alimentação e pousada.

§ 1º - A diária será fixada por lei municipal.

§ 2º - O funcionário que receber diária indevidamente será obrigado a restituí-la, de uma só vez ficando ainda sujeito a punição disciplinar, se provado o dolo.

Do 13º Salário

Artigo 151 - Fica assegurado aos funcionários públicos municipais o direito de recebimento do 13º salário, calculado sobre a remuneração do último mês de trabalho ou sobre a remuneração do último mês de cada ano, quando couber

CAPÍTULO IX

Da Substituição

Artigo 152 - Haverá substituição no impedimento do ocupante de:

I - Função gratificada;

II - Cargo isolado, seja de provimento vitalício efetivo ou em comissão.

Parágrafo Único - Tratando-se de cargo inicial de carreira, a substituição far-se-á no regime da legislação trabalhista.

Artigo 153 - A substituição dependerá de portaria do Prefeito, indicando os substitutos eventuais.

§ 1º - A substituição será remunerada por todo período, exceto quando inferior a trinta dias, consecutivos.

§ 2º - Ressalvada a hipótese de função gratificada, o substituto perderá, durante a substituição remunerada o vencimento do cargo de que fôr ocupante efetivo, salvo se por êste optar.

§ 3º - Durante a substituição, o substituto deixará exercício do cargo de que seja titular e da função gratificada que já exerça.

CAPÍTULO X

Do Salário-Família

Artigo 154 - O salário-família será concedido a funcionário, por dependente:

I - Menor de 18 anos;

II - Inválido;

III - Solteira, desquitada ou viúva, desde que por êle sustentada;

IV - Estudantes, até 24 anos, do curso secundário ou superior, desde que não exerça atividade remunerada.

§ 1º - Por dependente entende-se os filhos de qualquer condição, os enteados, os adotivos e o menor, que diante autorização judicial, viva sob a guarda e sustento do funcionário.

§ 2º - O funcionário terá direito apenas a ur salário-família em razão de cada dependente.

Artigo 155 - Quando ambos os cônjuges, forem funcionários municipais e viverem em comum, o salário de família, será concedido ao marido.

§ 1º - Se não viverem em comur, será concedido ao que tiver os dependentes sob sua guarda; se ambos tiverem, será concedido a um e a outro dos pais, de acôrdo com a distribuição dos beneficiários.

§ 2º - Ocorrendo o falecimento do servidor, o salário-família continuará a ser pago a seus filhos menores por intermédio da pessoa em cuja guarda se encontram, enquanto fizerem jús à concessão, salvo se o dependente fôr maior de 18 anos, passará a ser pago diretamente a êle.

Artigo 156 - A concessão de salário-família, por qualquer entidade pública a um dos cônjuges, não impede que outro, funcionário municipal, pelos mesmos dependentes perceba.

Artigo 157 - Na cocessão do salário-família, aos pais equiparando-se ao padrasto, o tutor e o curador.

Artigo 158 - O salário-família será pago ainda nos casos em que o funcionário deixar de perceber o vencimento.

§ 1º - O salário-família, será concedido após requerido, instruído com certidão de nascimento, tutela ou outro documento que o valha e que peencha um dos ítens do artigo 154.

§ 2º - O valor do salário-família por dependente corresponderá a uma percentagem de 5% (cinco) por cento dosalário-mínimo vigente no município.

§ 3º - Nenhum desconto incidirá sôbre o salário-família, nem servirá dêste de base a qualquer contribuição, ainda que para fins de Previdência Social.

§ 4º - Todo aquele que, por ação ou Omissão, der causa a pagamento indevido de salário-família, ficará obrigado à restituição do indébito, sem prejuízo das demais cominações legais.

§ 5º - Consideram-se solidàriamente responsáveis, para todos os efeitos, os que houverem firmado atestados ou declarações falsas, para efeito de instrução de pedidos de salário-família.

CAPÍTULO XI

Do Auxílio Para Diferença de Caixa

Artigo 159 - Ao funcionário que, no desempenho de suas atribuições, pagar ou receber, será concedido auxílio fixado em 05 (cinco) por cento, d padrão do vencimento anual, para compensar a diferença de caixa.

CAPÍTULO XII

Do Auxílio-Doença

Artigo 160 - Após doze mêses consecutivos de licença para tratamento de saúde, o funcionário terá direito a uma quantia correspondente ao vencimento integral de um mês, a título de auxílio-doença.

CAPÍTULO XIII

Do Auxílio Transporte

Artigo 161 - Ao funcionário licenciado para tratamento de saúde inclusive pessoa que o acompanhe será concedido por conta dos cofres públicos transporte dentro do Estado, quando deva ausentar-se do Município, por exigência do laudo médico.

TÍTULO IV

Dos Direitos e Vantagens da Inatividade

CApÍTULO I

Das espécies de Inatividade

Artigo 162 - O funcionário será considerado inativo quando pôsto em disponibilidade ou aposentado.

CAPÍTULO II

Da Disponibilidade

Artigo 163 - Extinguindo-se o cargo, o funcionário vita-

lício ou estável ficará em disponibilidade.

§ 1º - Restabelecido o cargo, nêle será obrigatòriamente aproveitado o funcionário vitalício em disponibilidade.

§ 2º - O funcionário estável ficará em disponibilidade - até seu obrigatório aproveitamento:

a) em outro cargo de natureza e vencimento compatíveis - com o que ocupava;

b) no cargo restabelecido, ainda que modificada sua denominação se ainda em outro não tiver sido aproveitado.

Artigo 164 - O funcionário em disponibilidade deverá ser aposentado nos têrmos do artigo seguinte observado o disposto no - ítem III do artigo 95.

CAPÍTULO III

Da Aposentadoria

SEÇÃO I

Das Espécies de Aposentadoria

Artigo 165 - O funcionário vitalício ou estável será aposentado.

I - Compulsóriamente

II - A pedido

III - Por invalidez

Parágrafo único - Ao funcionário em estágio probatório e ao interino aplica-se o disposto no ítem III dêste artigo.

SEÇÃO II

Da Aposentadoria Compulsória

Artigo 166 - A aposentadoria compulsória, ao completar o funcionário setenta anos de idade, é automática.

§ 1º - O funcionário afastar-se-á do exercício no dia - imediato ao em que atingir a idade limite, ainda que não publicada a portaria de aposentadoria.

§ 2º - Atendendo a natureza especial do serviço poderá o limite de idade ser reduzido por lei.

SEÇÃO III

Da Aposentadoria a pedido

Artigo 167 - A aposentadoria a pedido será concedida ao funcionário que contar trinta e cinco anos de serviço público, e- 30 anos para as mulheres.

§ único - Por lei poderá ser reduzido o tempo exigido ne neste artigo, tendo em vista as atribuições de determinados car-- gos ou carreiras.

SEÇÃO IV

Da Aposentadoria por Invalidez.

Artigo 168 - A aposentadoria a pedido será concedida -- quando o laudo médico concluir pela incapacidade definitiva do - funcionário, para o serviço público em geral.

CAPÍTULO VI

Do Provento

SEÇÃO I

Do Provento do Funcionário Aposentado

Artigo 169 - O provento do funcionário aposentado será:

I - Na aposentadoria compulsória;

a) igual ao vencimento, desde que conte 35 - anos de serviços público para funcionário do sexo masculino e de 30 anos de sexo feminino.

b) proporcional ao tempo de serviço dos demais casos.

II - Por invalidez, igual ao vencimento.

§ único - No provento inclui-se o adicional por tempo - de serviço, incorporado ao vencimento para efeito de aposentado-- ria.

SEÇÃO II

Do Provento do Funcionário em Disponibilidade.

Artigo 170 - O provento do funcionário pôsto em disponi bilidade será igual ao vencimento, mais o adicional por tempo de serviço, que venha percebendo.

SEÇÃO III

Do Provento do Funcionário Inativo

Artigo 171 - Computar-se-á no provento a função gratificada que o funcionário venha exercendo por mais de cinco anos.

Artigo 172 - Ao provento aplicam-se as disposições do artigo 140 e parágrafo úncio do artigo 143.

Artigo 173 - Sempre que, por motivo de alteração do poder-aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos do funcionário em atividade, serão elevados os proventos na mesma proporção.

CAPÍTULO V

Do Salário Família

Artigo 174 - O salário-família será concedido ao funcionário inativo, observadas as disposições gerais.

TÍTULO V

Das Petições

CAPÍTULO I

Das Petições em Geral

Artigo 175 - É assegurado ao funcionário o direito de requerer em benefício próprio, ou representar contra ato ilegal ou lesivo do patrimônio público.

§ único - São isentos de emolumentos as petições e demais papeis relativos a sua vida funcional ou ao interesse da administração.

CAPÍTULO II

Do Requerimento

Artigo 176 - O requerimento será dirigiro à autoridade competente para decidí-lo.

CAPÍTULO III

Do Pedido do Reconsideração

Artigo 177 - O pedido de reconsideração será dirigido à autoriadade que houver expedido o auto ou profetido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

§ único - Caberá ainda pedido de reconsideração do despacho que indeferir revisão do processo administrativo.

CAPÍTULO IV

Do Recurso

Artigo 178 - Caberá recurso:

I - Do requerimento indeferido ou não decidido no prazo legal; II - Do pedido de reconsideração indeferido ou não decidido no prazo legal;

III - Da decisão já proferida em recurso.

§ 1º - Não caberá recurso dos atos do Prefeito e das decisões por êle proferidas.

§ 2º - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior a que tiver expedido o ato ou profeiro a decisão, e sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

CAPÍTULO V

Do Encaminhamento

Artigo 179 - O requerimento, o pedido de reconsideração e o recurso serão encaminhados por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o funcionário.

CAPÌTULO VI

Da Decisão

Artigo 180 - O requerimento, o pedido de reconsideração e o recurso deverão ser decididos, sob pena de responsabilidade, no prazo de 30 dias, a contar da data de sua entrada no protocolo da repartição.

Artigo 181 - O pedido de renconsideração ou recurso não tem efeito suspensivo, se provido, retroagirá nos efeitos à data do ato impugnado.

CAPÍTULO VII

Da Prescrição

Artigo - 182 - O direito de pleitear na esfera administrativa, prescreve a partir dd data da publicação, no órgão oficial, do ato impugnado, ou, quando êste fôr de natureza reservada, da data em que dêle tiver conhecimento o funcionário.

I - em 05 (cinco) anos, quanto aos atos de que decorrerem

a demissão, aposentadoria ou dispobilidade do funcionário e,

II - Em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos.-

§ único - Os recursos ou pedidos de reconsideração, quando cabíveis e apresentados dentro dos prazos de que trata êste artigo, interrompem a prescrição, até 02 (duas) vêzes no máximo, determinando a contagem de novos prazos, a partir da data da publicação oficial do despacho denegatório, ou restrito do pedido.

TÍTULO VI

Dos Deveres, das Proibições e das responsabilidades

CAPÍTULO I

Dos Deveres e das Proibições

SEÇÃO I

Dos Deveres

Artigo 183 - São deveres do Funcionário:

I - Ser assíduo e pontual;

II - Cumprir as órdens superiores, representando quando forem manifestamente ilegais;

III - Desempenhar com zêlo e presteza os trabalhos de que fôr incumbido;

IV - Guardar sigilo sôbre os assuntos da repartição, e - especialmente sôbre despachos, decisões ou providências.

V - Representar aos superiores sôbre tôdas as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções.

VI - Tratar com urbanidade os companheiros do serviço e as partes;

VII - Residir no local onde exerce o cargo, ou onde autorizados.

VIII - Providenciar para que esteja sempre em ordem no assentamento individual, a sua declaração de família;

IX - Zelar pela economia do material do Estado, município e pela conservação do que fôr confiado à sua guarda ou utilização.

X - Apresentar-se convenientemente trajado em serviço ou com uniforme determinado, quando fôr o caso;

XI - Atender, prontamente com preferência sôbre qualquer outro serviço, às requisições de papeis, documentos, informações ou providências que lhe forem feitas pelas autoridades judiciais ou administrativas, para defesa do Município, em Juizo.

XII - Cooperar e manter espirito da solidariedade com os companheiros de trabalho;

XIII - Estar em dia com as leis, regulamentos, registros instruções e ordens de serviço que digam respeito as suas funções, e

XIV - Proceder na vida pública e privada na forma que dignifique a função pública.

SEÇÃO II

Das Proibições

Artigo 184 - Ao funcionário é proibido;

I - Referir-se depreciativamente, as informações, parecer ou despacho, ou pela imprensa, ou qualquer meio de divulgação- as autoridades corstituidas e os atos da administração, podendo, porém, em trabalho devidamente assinado, apreciá-los sob o aspecto doutrinário e da organização e eficiência do serviço.

II - Retirar sem prévia permissão da autoridade competente, qualquer documento ou objeto existente na repartição.

III - Entreter-se durante as horas de trabalho, em palestras, leituras ou outras atividades estranhas ao serviço.

IV - Deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada.

V - Tratar de interesses particulares na repartição.

VI - Promover manifestações de aprêço ou desaprêço dentro da repartição, ou tornar-se solidário com elas.

VII - Exercer comércio entre os companheiros de serviço promover ou subscrever listas de donativos dentro da repartição, e

VIII - Empregar material do serviço público em serviço particular.

Artigo 185 - É proibido ainda, ao funcionário:

I - Fazer contratos de natureza comercial, industrial com o município por sí, ou como representante de outrem.

II - Coagir ou aliciar subordinados, visando a eleição para cargos públicos.

III - Participar da gerência ou administração de empreza industrial ou comercial, salvo quando se tratar de cargo de magistério.

IV - Exercer comércio ou participar de sociedade comercial exceto como acionista, cotista ou comanditário.

V - Atribuir a pessoas estranhas à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados.

VI - Incitar greves ou a elas aderir, ou praticar atos de sabotagem contra o serviço público;

VII - praticar a usura.

Artigo 186 - É vedado ao funcionário trabalhar sob as ordens imediatas de parentes, até segundo grau, salvo quando se tratar de função de confiança e livre escolha, não podendo exceder a 02 (dois) o número de auxiliares nessas condições.

CAPÍTULO II

Das Responsabilidades

Artigo 187 - O funcionário é responsável, por todos os prejuizos que nessa qualidade, causar à Fazenda Municipal, por dolo ou culpa, devidamente apurada.

§ único - Caracteriza-se especialmente a responsabilidade: I - Pela sonegação de valores e objetos confiados à sua guarda ou responsabilidade, ou por não prestar contas, ou por não as tomar, na forma e no prazo estabelecidos nas leis, regulamentos regimentos instruções e ordens de serviço.

II - Pelas faltas, danos, avarias ou quaisquer outros prejuizos que sofrerem os bens e os materiais sob sua guarda, ou sujeitos a seu exame ou fiscalização.

III - Pela Falta ou inexatidão das necessárias averbações nas notas de despacho, guias e outros documentos da receita, ou que tenham com eles relação, e

IV - Por qualquer êrro de cálculo ou redução contra a Fazenda Municipal.

Artigo 188 - O funcionário que adquirir materiais em desacordo com disposições legais e regulamentares, será responsabilizado pelo respectivo custo, sem prejuizo das penalidades dissiplinares cabíveis, podendo-se proceder ao desconto no seu vencimento ou remuneração.

Artigo 189 - Nos casos de indenização à Fazenda Municipal, o funcionário será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuizo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada nos prazos legais.

Artigo 190 - Fora dos casos incluidos no artigo anterior a importância da indenização poderá ser descontada do vencimento ou remuneração, não excedendo o desconto à 10ª (décima) parte do valor dêstes.

§ único - No caso do ítem IV do parágrafo único do artigo 187, não tendo havido má-fé, será aplicada a pena de repreensão e, na reincidência, a de suspensão.

Artigo 191 - Será igualmente responsabilizado o funcionário que, fora dos casos expressamente previstos nas leis, regulamentos ou regimentos, como ter a pessoas estranhas às repartições, o desempenho de encargos que lhe competirem ou aos seus, subordinados.

Artigo 192 - A responsabilidade administrativa não exime o funcionário da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber, nem o pagamento da indenização a que ficar obrigado na forma dos artigos 189 e 190, o exime da pena disciplinar em que incorrer.

TÍTULO VII

Das Penalidades

CAPÍTULO I

Das Penalidades e de sua Aplicação

Artigo 193 - São penas disciplinares:

I - Repreensão

II - Suspensão

III - Multa

IV - Demissão

V - Demissão a bem do serviço público.

VI - Cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Artigo 194 - Na aplicação das penas disciplinares serão considerados a natureza e a gravidade da infração e os danos que deva - provirem para o serviço público.

Artigo 195 - A pena de repreensão será aplicada por escrito nos cados de indisciplina ou falta de cumprimento dos deveres.

Artigo 196 - A pena de suspensão que não excederá a 90 (noventa) dias, será aplicada em caso de falta grave ou de reincidência.

§ 1º - O funcionário suspenso perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

§ 2º - A autoridade que aplicar a pena de suspensão poderá converter essa penalidade ou multa na base de 50% (cinquenta por cento), por dia do vencimento ou remuneração, sendo o funcionário, nesse caso obrigado a permanecer em serviço.

Artigo 197 - A pena de multa, será aplicada na forma e nos casos expressamente provistos em lei ou regulamento.

Artigo 198 - Será aplicada a pena de demissão nos casos de:

I - abandono de cargo

II - Procedimento irregular, de natureza grave,

III - Ineficiência no serviço

IV - Aplicação indevida de dinheiros públicos,

V - Ausência ao serviço, sem causa justificável, - por mais de 45 (quarenta e cinco) dias interpoladamente, durante um anos.

§ 1º - Cosiderar-se-á abandono de cargo, o não comparecimento do funcionário por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

§ 2º - A pena de demissão por insuficiência no serviço só será aplicada quando verificada a impossibilidade de readaptação.

Artigo 199 - Será aplicada a pena de demissão, bem do serviço público ao funcionário que:

I - fôr convencido de inconência pública e escandalosa e de vício de jogos proibidos.

II - Praticar crime contra a ordem da administração pública, a fé pública e a Fazenda Municipal ou previsto nas leis relativas a segurança e à defesa Nacional.

III - revelar segredos de que tenha conhecimento em razão do cargo, desde que o faça dolosamente e com prejuizo para o Município, ou particulares.

IV - praticar isubordinação grave

V - praticar, em serviço, ofensas físicas contra funcionários ou particulares, salvo se em legítima defesa.

VI - Lesar o patrimônio ou os cofres públicos.

VII - Receber ou solicitar propinas, comissões presentes, ou vantagens de qualquer espécie, diretamente ou por intermédio de outrem, ainda que fora de suas funções mas em razão delas.

VIII - pedir, por empréstimo, dinheiro ou quaisquer valores a pessoas que tratem de interêsses ou o tenham na repartição, ou estejam sujeitos à sua fiscalização.

IX - exercer advocacia administrativa, e

X - apresentar com dolo declaração falsa em matéria de salário-família sem prejuizo da responsabilidade civil e de procedimento criminal, que no caso couber,

Artigo 200 - O ato que demitir o funcionário mencionará sempre em que disposição legal se fundamenta.

Artigo 201 - Será aplicada a pena de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, se ficar provado que o inativo;

I - praticou, quando em atividade, falta grave para a qual é cominada nesta lei a pena de demissão a bem do serviço público.

II - aceitou ilegalmente cargo ou função pública.

III - praticou a usura em qualquer de suas formas.

Artigo 202 - Para aplicação das penalidades previstas no artigo 193, são competentes:

I - O Prefeito

II - Os chefes de serviço ou de seção, até a de - suspensão limitada a 8 (oito) dias.

Artigo 203 - Prescreverá:

I - em 02 (dois) anos, a falta sujeita à pena de repreensão multa ou suspensão; e

II - em 05 (cinco) anos, a falta sujeita à pena - de demissão, a bem do serviço público e de cassação de aposentadoria e disponibilidade.

§ único - A falta também prevista em lei penal, como crime prescreverá juntamente com êste.

Artigo 204 - O funcionário, que, sem justa causa deixar de atender a qualquer exigência para cujo cumprimento seja marcado prazo certo, será suspenso o pagamento de seu vencimento ou remuneração até que satisfaça essa exigência.

§ único - Aplica-se aos aposentados ou em disponibilidade- o disposto nêste artigo.

Artigo 205 - Deverão constar do assentamento individual de- funcionário todas as penas que lhe forem impostas.

CAPÍTULO II

Da Prisão Administrativa e da
Suspensão Preventiva

Artigo 206 - Cabe ao Prefeito Municipal ordenar a prisão - administrativa dos responsáveis pelos dinheiros públicos e valores - pertencentes à Fazenda Municipal ou que se acharem sob guarda desta - nos casos de alcance, remissão ou omissão em efetuar as entradas nos devidos prazos.

§ 1º - Ordenada a prisão será ela requisitada a autoridade policial e comunicada, imediatamente, à autoridade judiciária competente, para os devidos efeitos.

§ 2º - A prisão administrativa não poderá exceder a 90 (- noventa) dias.

Artigo 207 - Poderá ser ordenada, pelo chefe de repartição, a suspensão preventiva do funcionário, até 30 (trinta) dias, desde - que o seu afastamento seja necessário para averiguações de faltas - cometidas, cobando ao Prefeito Municipal, prorrogá-la até 90 (noventa) dias, findos os quais cessarão os efeitos de suspensão, ainda - que o processo administrativo não esteja concluido.

Artigo 208 - Durante o período da prisão ou de suspensão - preventiva o funcionário perderá 1/3 (um têrço) do vencimento ou remuneração.

Artigo 209 - O funcionário terá direito:

I - à diferença de vencimento ou remuneração e a contagem de tempo de serviço relativo ao período da prisão ou suspensão preventiva, quando do processo não resultar punição, ou esta se limitar às penas de repreensão ou multa; e

II - à diferença do vencimento ou remuneração e à contagem do tempo de serviço, correspondente ao período de afastamento excedente do prazo de suspensão efetivamente aplicada.

TÍTULO VIII

Do Processo Administrativo

CAPÍTULO I

Da Instauração do Processo

Artigo 210 - A aplicação do disposto neste título se fará- sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei - anterior.

Artigo 211 - Instaura-se processo administrativo ou sindicância, a fim de apurar ação ou omissão de funcionário público, puníveis disciplinarmente.

Artigo 212 - Será obrigatório o processo administrativo - quando à falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar a pena de demissão.

§ único - O processo será procedido de sindicância, quando não houver elementos suficientes para se concluir pela existência da falta ou de sua autoria.

Artigo 213 - No caso dos artigos 194 e 195, poder-se-á aplicar a pena pela verdade sabida, salvo, se pelas circunstâncias da falta, fôr conveniente instaurar-se sindicância ou processo.

§ único - Entende-se por verdade sabida o conhecimento pessoal e direto de falta por parte da autoridade competente para aplicar a pena.

Artigo 214 - São competentes para determinar a instauração de processo administrativo, o Prefeito Municipal.

CAPÍTULO II

Da Sindicância

Artigo 215 - A sindicância, como meio sumário, de verificação, será cometida a funcionário, comissão de funcionários de condição hierarquica munca inferior à do indiciado, ou a comissão Processante, a que se refere o Artigo 221.

Artigo 216 - Promove-se a sindicância:

I - Como preliminar do processo, nos têrmos do parágrafo único do artigo 212; e

II - Quando não fôr obrigatória a instalação do processo administrativo.

Artigo 217 - A comissão, ou o funcionário incumbido da sindicância, dando-lhe início imediato, procederá às seguintes diligências;

I - Ouvirá testemunhas para esclarecimentos dos fatos referidos na portaria de designação e o acusado, se julgar necessário para esclarecimento dos mesmos ou a bem de sua defesa, permitindo-lhe juntada de documentos e indicação de provas, e

II - Colherá as demais provas que houver, concluindo pela procedência, ou não, da arguição feita contra o funcionário.

Artigo 218 - A sindicância deverá ser ultimada dentro de

30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual prazo, a critério da autoridade que a houver mandado instaurar.

Artigo 219 - A critério da autoridade que designar, o funcionário incumbido para proceder à sindicância poderá dedicar todo o seu tempo àquele encargo ficando, em consequência automáticamente dispensado do serviço da repartição, durante a realização dos trabalhos a que se refere o artigo 217.

CAPÍTULO II

Das Comissões Processantes

Artigo 220 - O prefeito poderá nomear Comissões processantes Permanente, destinadas a realizar os processos administrativos.

§ 1º - Os membros das Comissões Processantes Permanentes - serão designados por ato do Prefeito

§ 2º - O disposto neste artigo não impede a designação de- Comissões Especiais pelo Prefeito.

Artigo 221 - As Comissoes Processantes Permanentes serão - constituídas de 03 (três) funcionários, nomeados pelo prazo de 02 (dois) anos, facultada a recondução, cabendo a presidência a Procurador do Município.

§ 1º - Haverá tantas Comissões quantas forem julgadas necessárias.

§ 2º - Os Membros da Comissão poderão ser dispensados a - qualquer tempo.

Artigo 222 - Não poderá ser encarregado de proceder a sindicância, nem fazer parte da Comissão Processante, mesmo como secretário desta, parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive do denunciante ou indiciado, bem- como o subordinado dêste.

§ único - Ao funcionário designado incumbirá comunicar desde logo, à autoridade competente, o impedimento que houver, de acôrdo com êste artigo.

Artigo 223 - Os membros das Comissões Processantes permanentes bem como os respectivos secretários, dedicarão todo o seu tem

po a trabalhos pertinentes aos processos administrativos e as sindicâncias de que foram encarregados, ficando dispensados do serviço da repartição durante todo o prazo de omeação de que trata o artigo 221.

§ único - Nas comissões não permanentes também compostas - de 03 (três) membros, sòmente por expressa determinação da autoridade que as designar, poderão seus integrantes ser afastados do exercício dos cargos durante a realização do processo.

Artigo 224 - Fica sujeita a aprovação dos Diretores Gerais do Município, a designação de servidor encarregado de secretariar os trabalhos das Comissões Processantes.

CAPÍTULO IV

Dos Atos e Têrmos Processuais

Artigo 225 - O Processo Administrativo deverá ser iniciado dentro do prazo improrrogável de 08 (oito) dias, contados de sua instauração e concluido no de 60 (sessenta) dias a contar da citação do indiciado.

§ único - Poderá o Prefeito que determinar a instauração - do processo, prorrogar-lhe o prazo até mais 60 (sessenta) dias, por despacho, em representação circunstânciada que lhe fizer o Presidente da Comissão.

Artigo 22o - Autuada a portaria e demais peças, preexistentes, designará o Presidente dia e hora para a audiência inicial, citado o indiciado e notificado denunciante, se houver, e as testemunhas.

§ 1º - A citação do indiciado será feita, pessoalmente, com prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas e será acompanhada de extrato de portaria que lhe permita conhecer o motivo do processo.

§ 2º - Achando-se o indiciado ausente do lugar será citado por via postal, em carta registrada, juntando-se ao processo o comprovante do registro; não sendo encontrado o indiciado ou ignorando-se o seu paradeiro, a citação se fará com o prazo de 15 (quinze) dias, por edital inserto por três vezes seguidas no órgão oficial.

§ 3º - O prazo a que se refere o parágrafo anterior "in-fine" será contado da primeira publicação, certificando o secretário, no processo, as datas em que as publicações foram feitas.

§ 4º - Quando fôr desconhecido o paradeiro de alguma testemunha o Presidente solicitará à polícia informações necessárias à notificação.

Artigo 227 - Aos chefes diretos dos servidores notificados a comparecer perante a Comissão Processante será dado imediato conhecimento dos têrmos da notificação.

§ único - Tratando-se de militar, o seu comparecimento será requisitado ao respectivo comando, e com as indicações necessárias.

Artigo 228 - Feita a citação sem que compareça o indiciado prosseguir-se-á no processo à sua revelia.

Artigo 229 - No dia aprazado será ouvido o denunciante, se comparecer, e na mesma audiência, o indiciado que, dentro do prazo de cinco dias, depositará ou apresentará rol de testemunhas até o máximo de dez, as quais serão notificadas. Respeitado o limite acima, poderá o indiciado, durante a produção da prova, substituir as testemunhas ou indicar outras no lugar das que não compareçam.

Parágrafo único - O indiciado não assistirá a inquirição do denunciante. Antes, porém, de prestar as próprias declarações ser-lhe-ão lidas, pelo secretário, as que houver aquele prestado.

Artigo 230 - No mesmo dia, se possível, e nos subsequentes, tomar-se-á o depoimento das testemunhas apresentadas pelo denunciante ou arroladas pela Comissão, e, a seguir, o das testemunhas indicadas pelo indiciado.

§ único - É permitido ao indiciado reperguntar as testemunhas por intermédio do Presidente, que poderá indeferir as perguntas que não tiverem conexão com a falta, consignando-se no têrmo as reperguntas indeferidas.

Artigo 231 - A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, salvo o caso de proibição legal nos têrmos do artigo 207 do Código de Processo Penal, ou em se tratando das pessoas mencionadas no

artigo 206 do referido Código.

§ 1º - Ao servidor público que se recusar de depor, sem fundamento será pela autoridade competente aplicada a sanção a que se refere o artigo 204, mediante comunicação da Comissão Processante.

§ 2º - No caso em que a pessoa extranha ao serviço público se recuse a depor perante a comissão, o Presidente, solicitará à autoridade pólicial a providência cabível a fim de ser ouvida na Polícia a testemunha. Nesse caso o Presidente encaminhará a autoridade policial, deduzida por itens, a matéria de fato sôbre a qual deverá ser ouvida a testemunha.

Artigo 232 - O servidor público que tiver de depor como testemunha fora da séde de sua função, terá direito a transporte e diárias na forma da legislação em vigor.

Artigo 233 - Como ato preliminar, ou no decorrer do processo, poderá o Presidente represen ar a quem de direito, nos têrmos do artigo 207, pedindo a suspensão preventiva do indiciado.

Artigo 234 - Durante o processo, poderá o Presidente ordenar tôda e qualquer diligência que se afigure conveniente.

Parágrafo único - Caso seja necessário o concurso de técnicos ou peritos oficiais, o presidente requisitará à autoridade competente, observado também quanto aos técnicos e peritos, o impedimento a que se refere o artigo 222.

Artigo 235 - É permitido à Comissão tomar conhecimento de arguições novas que surgirem contra o indiciado caso em que êste terá direito de produzir contra elas as provas que tiver.

Artigo 236 - O presidente da Comissão, poderá denegar o requerimento manifestamentes protelatório ou de nenhum interêsse, para o esclarecimento de fato, fundamentado a sua decisão.

Artigo 237 - Para os efeitos do artigo anterior será notificado o indiciado, pessoalmente ou por carta entregue no endereço que houver indicado, no lugar de processo.

Artigo 238 - O advogado terá intervenção limitada à que é permitida nesta lei ao próprio indiciado, podendo representá-lo em

qualquer ato processual, salvo naqueles em que a Comissão Projulgar - conveniente a presença do indiciado.

Artigo 239 - Encerrados os atos concernentes à prova, será, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, dada vista dos autos ao indiciado, para apresentar defesa, no prazo de dez dias.

§ único - Durante êste prazo, terá o indiciado vista dos - autos em presença do secretário ou de um dos membros da Comissão, no lugar do processo.

Artigo 240 - No caso de revelia do indicado ou esgotado o prazo do artigo anterior, sem que haja sido apresentada defesa, o - Presidente designará um funcionário para produzí-la assinando-lhe novo prazo.

§ 1º - A designação referida neste artigo recairá, sempre - que possível em diplomado em direito.

§ 2º - O funcionário designado não se poderá escusar da incumbência sem motivo justo, sob pena de repreensão, a ser aplicada pela autoridade competente.

Artigo 241 - Findo o prazo de defesa, a Comissão apresentará o seu relatório dentro de 10 (dez) dias.

§ 1º - Neste relatório, a Comissão apreciará, em relação a cada indiciado, separadamente, as irregularidades de que forem acusados, as provas colhidas as razões de defesa, propondo, então, a absolvição ou a punição e indicando, neste caso, a pena que couber.

§ 2º - Deverá, também, a Comissão, em seu relatório sugerir quaisquer outras providências que lhe parecerem de interesse do serviço público.

Artigo 242 - Recebendo o relatório da Comissão, acompanhado do processo, a autoridade que houver determinado a sua intauração deverá proferir o julgamento dentro do prazo de 30 (trinta) dias prorrogável por igual período.

§ 1º - As diligências que se fizerem necessárias deverão - ser determinadas e realizadas dentro do prazo máximo mencionado neste artigo.

§ 2º - Se o processo não fôr julgado no prazo indicado neste artigo, o indiciado, caso esteja suspenso, reassumirá automàticamente o seu cargo ou função, e aguradará em exercício o julgamento, salvo o caso de prisão administrativa que ainda perdure.

Artigo 243 - Quando escaparem a sua alçada as penalidades e providências que lhe parecerem cabíveis a autoridade que determinou a instauração do processo administrativo deverá propô-las, justificadamente, dentro do prazo marcado para julgamento, à autoridade competente. § 1º - Na hipótese dêste artigo, o prazo para julgamento final será o do artigo 242.

§ 2º - A autoridade julgadora determinará a expedição dos atos decorrentes do julgamento e as providências à sua execução.

§ 3º - As decisões serão sempre publicadas no órgão oficial, dentro do prazo de oito dias.

Artigo 244 - Terão forma processual resumida, quanto possível, todos os têrmos lavrados pelo secretário, quais sejam, autuação, juntada, conclusão, intimação, data de recebimento, bem como certidões e compromissos.

Artigo 245 - Toda e qualquer juntada aos autos se fará na ordem cronológica da apresentação, rubricando o Presidente as fôlhas acrescidas.

Artigo 246 - Quando ao funcionário se imputar crime, praticado na esfera administrativa, a autoridade que determinou a instauração do processo administrativo providenciará para que se instaure, simultâneamente, o inquerito policial.

§ único - Quando se tratar de crime praticado fora da esfera administrativa, a autoridade policial dará ciência dêle à autoridade administrativa.

Artigo 247 - As autoridades referidas no artigo anterior se auxiliarão, para que o processo administrativo e o inquerito policial se concluam dentro dos prazos respectivos.

Artigo 248 - Quando o ato atribuido ao funcionário fôr considerado criminoso, serão remetidas à autoridade competente, cópias -

autênticadas das peças essenciais do processo.

Artigo 249 - É defeso fornecer à imprensa ou a outros meios de divulgação, notas sôbre os atos processuais, salvo no interesse da administração, a juizo da autoridade que houver determinado o processo. Artigo 250 - Todos os atos ou decisões cujo original não - conste do processo nêle deverão figurar por cópia autenticada.

Artigo 251 - Constará sempre dos autos da sindicância ou do processo a fôlha de serviço do indiciado, requisitada para tal fim a- repartição competente.

Artigo 252 - Não será declarada a nulidade de nenhum ato - processual que não houver influido na apuração da verdade substancial ou, diretamente, na decisão do processo ou da sindicância.

CAPÍTULO V

Do Processo por abandono

Do Cargo ou Função.

Artigo 253 - No caso de abandono do cargo ou função, instaurado o processo e feita a citação, na forma do Capítulo IV, compare-cendo o indiciado e tomadas as suas declarações terá êle o prazo de - 05 (cinco) dias para oferecer defesa ou requerer a peodução da prova- que tiver, que só podem versar sôbre fôrça maior ou coação ilegal.

§ 1º - Observa-se-á então, no que couber, o disposto no capítulo anterior.

§ 2º - No caso de revelia, será designado pelo Presidente - um funcionário para servir de defensor, observando-se o disposto na parte final dêste artigo, e no que couber o capítulo anterior.

TÍTULO IX

Da Revisão do Processo Administrativo.

Artigo 254 - Dar-se-á a revisão dos processos findos, mediante recurso do punido:

I - Quando a decisão fôr contrária a texto expresso em lei ou à evidência dos autos.

II - Quando a decisão se fundar em depoimento, exames de documentos comprovadamente falsos ou errados; e

III - Quando após a decisão, se descobrirem, novas - provas de inocência do punido ou de circunstâncias que autorize pena mais branda.

§ único - Os pedidos que não se fundarem nos casos enumerados no artigo serão indeferidos " in limine".

Artigo 255 - A revisão, que poderá verificar-se a qualquer tempo, não autoriza agravação da pena.

§ 1º - O pedido será sempre dirigido à autoridade que aplicou a pena, ou que a tiver confirmado em grau de recurso.

§ 2º - Não será admissível a reiteração do pedido, salvo - se fundado em novas provas.

Artigo 256 - A revisão poderá ser pedida pelo próprio punido ou procurador legalmente habilitado, ou, no caso de morte do punido, pelo conjuge ascendente, descendente ou irmão.

Artigo 257 - Não constitui fundamento para revisão a simples alegação de injustiça da penalidade.

Artigo 258 - A revisão será processada por comissão Processante permanente, ou a Juízo do Prefeito, por comissão composta de - 03 (três) funcionários de condição hierárquica nunca inferior à do - punido, cabando a presidência a banharel em direito.

§ 1º - Será impedido de funcionar na revisão quem houver - composto a comissão de processo administrativo.

§ 2º - O presidente designará um funcionário para secretariar a Comissão.

Artigo 259 - Ao processo de revisão será apesado o processo administrativo ou sua cópia, marcando o Presidente o prazo de 05 - (cinco) dias para que o requerendo junte as provas que tiver, ou indique as que pretenda produzir.

Artigo 260- Concluida a instrução do Processo, será aberta vista ao requerente perante o secretário pelo prazo de 10 (dez) dias, para apresentação de alegações.

Artigo 261 - Decorrido êste prazo, ainda que sem alegações será o processo encaminhado, com relatório fundamentado da Comissão

e, dentro de 15 (quinze) dias à autoridade competente, para julgamento.

Artigo 262 - Será de 30 (trinta) dias o prazo para êsse julgamento, sem prejuízo das diligências que as autoridades entenda-necessárias ao melhor esclarecimento do processo.

Artigo 263 - Julgada procedente a revisão, a administração determinará a redução ou cancelamento da pena.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 264 - Os prazos previstos neste Estatuto serão todos contados por dias corridos.

Artigo 265 - Não se computará, no prazo o dia inicial prorrogando-se o vencimento, que incidir e sábado, domingo, feriado ou facultativo para o primeiro dia útil seguinte.

Artigo 266 - As disposições dêste estatuto se aplicam aos extranumerários, exceto no que colidirem com a precariedade de sua situação no serviço público.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 267 - Aplicam-se aos atuais funcionários as disposições deste estatuto, salvo as que colidirem com a natureza precária-de sua investidura e, em especial, as relativas a acesso, promoção, afastamento, aposentadoria, volutária e as licenças.

Artigo 268 - Serão obrigatòriamente exonerados os ocupantes interinos de cargos para cujo provimento fôr realizado concurso.

§ único - As exonerações serão feitas dentro de 30 (trinta) dias, após a homologação do concurso.

Artigo 269 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Meridiano, 07 de outubro de 1971.

DONATO MARCELO BALBO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal e afixada no lugar público de costume na data supra

HERMENEGILDO LALDIN
SECRETÁRIO